

*O Início do Protestantismo
Histórico no Brasil
Luta por Direitos, Evangelismo e
Educação*

Sandra de Fátima Krüger Gusso⁶⁸

THE BEGINNING OF THE HISTÓRICAL PROTESTANTISM IN
BRAZIL *Struggle for rights, Evangelism and Education* By Sandra Gusso

Despite the supremacy of the Catholic Church in Brazil since his discovery, Professor Sandra Gusso points out the 73 participation of the protestant immigration on the social, educational and religious changes in the country.

Desde o início da colonização do Brasil a religião católica predominou no país, mas a vinda de imigrantes protestantes trouxe mudanças em muitas áreas, inclusive no campo religioso. Apesar de o protestantismo não ter alcançado o destaque que o catolicismo alcançou, desde o início de sua implantação no Brasil, deixou na história suas marcas e seus benefícios para a sociedade, principalmente no que se refere às questões educacionais e à liberdade de ideias.

Antes de prosseguir é preciso esclarecer o que é protestante. Entende-se como protestante, aquele que protesta contra alguma coisa. O dicionário da língua portuguesa elaborado por Bueno da Silva define o termo “protestante” da seguinte forma: “o que diz do partido da Reforma (luteranos, calvinistas,

⁶⁸ Mestre em Educação (PUC-PR), Professora e Coordenadora Acadêmica da Faculdade Teológica Batista do Paraná.

anglicanos etc.)” (1981, p. 916). Neste caso, pode-se dizer que protestante é aquele que vai contra as doutrinas da Igreja Católica. Mas não é só isso que o define. Para DILLENBERGER E WELCH, significa seguir os princípios dos grandes reformadores, a saber: a justificação pela fé, o direito e o dever do juízo final em matéria de fé e a autoridade das escrituras (1954, p. 282). E ainda, é tido como um movimento histórico que surgiu na Europa Ocidental e está relacionado com outros movimentos sociais, econômicos e políticos. Pensando mais além, o protestantismo significa certas formas de pensamentos e declarações de fé, maneira de adorar, grupos de pessoas unidas em certos continentes geográficos (WELCH 1954, p. 284). Rubem Alves, ao analisar a ideologia protestante, afirma que: O protestantismo foi, em primeiro lugar, uma simples modificação do catolicismo, no qual a formulação católica dos problemas foi mantida, enquanto que uma resposta diferente lhes era oferecida (1982, p. 32).

Algumas denominações são realmente consideradas protestantes, como é o caso dos luteranos, seguidores de Lutero; dos presbiterianos, cujas doutrinas estão baseadas na teologia de Calvino; e a Igreja Anglicana. As demais não são protestantes porque não protestaram contra nenhuma igreja. São ramificações do protestantismo, denominadas evangélicas. Como esta questão aparece dentro de um mesmo tema: protestantes, para alguns autores ainda não é um ponto de clara identificação. Para este artigo, o termo protestante será dado a todo aquele cristão que se diz “não católico”. Serão incluídas no grupo, principalmente, as denominações históricas que surgiram depois da Reforma protestante de Lutero.

O protestantismo entrou no país como um movimento religioso apoiado por questões econômicas e políticas e se desenvolveu durante o período republicano. De início não foi uma questão pacífica, pois tentar penetrar em um país onde o pensamento religioso da sociedade estava fundamentada na

tradição religiosa estabelecida pela Igreja Católica desde o descobrimento, não era uma coisa simples. Desta forma, “Durante o período colonial não foi possível devido ao monopólio do catolicismo” (RAMALHO, 1976, p.52). Contudo, houve algumas tentativas que não alcançaram êxito. A primeira delas foi em 1555, quando chegou ao Brasil a expedição de Villegaignon, o qual pretendia fundar a França Antártica e construir um refugio onde os huguenotes pudessem praticar livremente o culto reformado. Mas não deu certo, pois Villegaignon foi expulso da colônia de Guanabara em 1560 (MENDONÇA, 1984, p. 18). Desta forma não foi possível difundir de forma ampla ideias protestantes no Brasil naquele período.

Uma segunda tentativa foi realizada “no período holandês”, na Bahia (1624-30), quando reformadores se estabeleceram no nordeste com toda sua organização eclesiástica à moda genebriana. Durante 15 anos Pernambuco e algumas áreas do nordeste foram protestantes. (MENDONÇA, 1984, p.18,19). Mas também não houve espaço na sociedade para continuar divulgando o protestantismo em outras regiões. Ainda não foi desta vez que o protestantismo iria ser implantado no Brasil. A situação ficou mais restrita com uma lei estabelecida em 1720, proibindo qualquer pessoa de entrar no Brasil, se não estivesse a serviço da Coroa ou da Igreja. As tentativas de se implantar uma nova religião no Brasil, seja por expedições ou por presença, não deram certo e nem deixaram traços, pois da mesma forma que grupos protestantes tentaram entrar no país, saíram sem deixar influências.

O quadro social, político e econômico do Brasil começou a tomar outras direções com a vinda da família real. Dom João VI trouxe novas ideias, causando mudanças na política do país. A abertura dos portos foi um dos fatores que favoreceu o progresso do país nas diversas áreas sociais. Foi um período que também

deu início às imigrações e à obra de colonização de várias províncias. A entrada de estrangeiros fez-se de acordo com as leis do Império, inclusive com liberdade para a prática religiosa. “O Tratado do Comércio e Navegação, de 19/2/1810, traçou as diretrizes que iriam garantir a todos o direito de praticar a sua religião particular, desde que não perturbassem a paz pública ou tentassem fazer proselitismo entre os católicos” (REILY, 1995, p.41).

Aproveitando o momento histórico da política de boas relações sociais e econômicas, os protestantes chegam ao Brasil junto com a imigração. Eram, na maioria, de origem norte-americana e europeia. Isso aconteceu em meados do século XIX. Apesar de o monopólio católico ainda existir, encontraram brechas na sociedade para penetrar e se desenvolver. “Até 1824, ingleses, alemães, suecos e americanos foram chegando e vivendo sua fé conforme a situação lhes permitia” (MENDONÇA, 1984, p.20). De acordo com RIBEIRO, em 1824 desembarcaram os futuros componentes da primeira colônia de protestantes e, neste mesmo ano, realizaram o primeiro culto evangélico em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1973, p.12). Esta colônia era formada por 334 imigrantes, os quais tinham como líder espiritual o Pastor Fridrich Oswaldo Sowrbronn. Depois desta, outras se fixaram nas regiões de São Paulo (1827 - 1829), Santa Catarina (1828 - 1850) e Paraná (1829). (REILY, 1993, p. 50,51).

Através da Constituição de 1824 os protestantes, de forma inibida, conseguiram conquistar espaço na sociedade. Esta constituição, no seu art. 5º, apresenta o seguinte:

Art. 5º. - A religião Católica Romana continuará a ser a religião do Império. “Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou

particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (REILY, 1993, p. 42).

Até o período da República a norma era essa para os protestantes. Eles poderiam se reunir em casas para realizar seus cultos, desde que essas casas não tivessem nenhuma aparência de igreja. Não podiam ter cruz, sinos ou qualquer outra característica de igreja. Não se importando com a aparência dos locais de culto, mas com o propósito do culto, os protestantes realizavam suas práticas religiosas em casas, escolas ou em capelas erguidas conforme determinação da lei.

Como se não bastasse a limitação que tinham para realizar suas práticas religiosas, os primeiros protestantes experimentaram a discriminação da sociedade, que tinha a religião oficial, a católica, arraigada no coração e na mente. Esta mantinha influência na sociedade de tal maneira que fazia a vez dos cartórios. Para se tornarem válidos os casamentos, registros de nascimentos, trâmites de herança, a pessoa teria que comprovar que era batizada na Igreja Católica. Isso sem dúvida prejudicava a comunidade protestante que necessitava dos cartórios para efetivar seus registros. A situação foi ficando cada vez mais difícil ao ponto de o governo ter que interferir nas leis do país para possibilitar que todos convivessem em harmonia, mesmo sendo de diferentes práticas religiosas.

Os protestantes, ao se estabelecerem no Brasil, passam a se interessar pela vida espiritual de suas comunidades de forma mais efetiva no período republicano, em que várias agendas missionárias começam a investir na área espiritual dos estrangeiros protestantes que residiam no Brasil. No início “Os ingleses e americanos constituíam comunidades religiosas fechadas à sociedade brasileira, ao passo que os alemães e suíços, pela falta de assistência religiosa, foram sendo absorvidos pela sociedade abrangente, ao ponto de grande parte deles abandonarem a antiga fé” (MENDONÇA, 1984, p. 21). EMILE diz que: “fora das colônias estrangeiras, não havia protestantismo

algum. Em 1888, a Igreja Presbiteriana, então a mais desenvolvida no país, contava com mais de 50 comunidades para apenas 20 missionários” (1981, p. 85). Nota-se que, a princípio, os protestantes não tinham interesse em divulgar suas crenças; estavam interessados em apenas suprir as necessidades espirituais de seus grupos. Mas, percebendo que teriam aceitação fora de suas comunidades, começaram a investir no trabalho de evangelização com a ajuda das missões.

O número de protestantes vindos com a imigração, principalmente americanos e europeus para o Brasil era significativo. Para cuidar da vida espiritual desse povo era preciso a presença de um líder espiritual. Como no início não era possível ter a presença de um pastor para cada comunidade, eles utilizavam o leigo, “em algumas, os membros eram os que espontaneamente dirigiam os trabalhos na falta de um pastor fixo. Os obreiros continuavam a evangelização, pois, ficando imbuídos da paixão de evangelizar sonhavam com planos de alcançar o maior número possível de pecadores com sua mensagem” (LEONARDO, 1981, p. 88).

Para obter-se uma visão mais ampla da implantação das missões protestantes em solo brasileiro, será traçada uma abordagem cronológica sobre a chegada dos primeiros missionários e suas diversas denominações. Em 1836 chega ao Rio de Janeiro o primeiro missionário metodista, o Reverendo Fountain E. Pitts, do Board of Mission of the Methodist Episcopal Church in the United States que começou a pregar em residências particulares. Outro metodista, o Reverendo Justus Spaulding, também ajudou na organização da Igreja, a qual foi inaugurada com 40 membros. Em 1862, Simonton abre a Primeira Igreja Presbiteriana e começa um trabalho com brasileiros no Rio de Janeiro. Em 1871, os metodistas e os batistas fundaram uma Igreja em Santa Bárbara. Em 1876, o Reverendo J. J. Ranson, fundou definitivamente a Terceira Igreja Metodista no Brasil, com seis pessoas, todas estrangeiras. O segundo grupo de protestantes foi

o da Igreja Congregacional, fundada em 1858, em Pernambuco, Esta realizou trabalhos com brasileiros. Em 1889 a América Church Missionary Society enviou dois jovens para o Brasil, os Reverendos James Wattson Marris e Luciem Lee Kin solving (MENDONÇA, 1984, p. 23, 24, 26).

Assim, as denominações começaram a desenvolver atividades missionárias em solo brasileiro. Na lista dos missionários que iniciaram atividades religiosas no Brasil, Roberto Kalley, médico escocês, músico, se destaca como sendo o primeiro a realizar trabalhos religiosos em português. Ele fazia da música um instrumento de evangelização (MENDONÇA, 1984, p. 185). Esta forma de evangelização, mesmo que inibida, chamava a atenção, pois além de ser uma pessoa profissionalmente conceituada na sociedade, sabia que a música atrai e cativa as pessoas.

Os primeiros missionários tinham não só a tarefa de evangelizar, mas também de orientar a instrução escolar das comunidades. Essa questão da educação escolar ser de responsabilidade do pastor nas colônias de imigrantes era devido ao fato de que a situação escolar da época deixava muito a desejar; estava realmente precária. A situação “começou a mudar a partir de 1860, quando a presença de missionários norte-americanos tornou possível a instalação de escolas para os filhos dos imigrantes protestantes, sobretudo no Oeste paulista”. (MESQUIDA, 1994, p. 65). Foi o primeiro passo para a abertura e desenvolvimento da educação protestante no país. A necessidade de educação formal para as crianças estrangeiras, juntamente com o interesse de preservarem a fé cristã baseada nas doutrinas e crenças protestantes, fez com que as comunidades religiosas contribuíssem para a proliferação de escolas protestantes em diversas localidades onde havia estrangeiros que abraçavam a mesma fé.

Verificando o período de implantação do protestantismo no Brasil, percebe-se que este se estabeleceu na sociedade através de

suas diversas ramificações e se destacou de duas formas: a) - Protestantismo de imigração e b) - Protestantismo de conversão. O período que abrange esta fase de implantação vai de 1808 a 1889, sob a influência norte-americana e europeia e de 1889 a 1964, com o aparecimento das denominações históricas. Dentre elas destacam-se os presbiterianos independentes, os luteranos, os menonitas, os metodistas, os da Igreja Adventista do Sétimo Dia, os da Igreja do Nazareno e os pentecostais (REILY, 1993, p. 18,19). Segundo BOAVENTURA, tanto o crescimento da Igreja Metodista como das demais denominações, foi devido à entrada do capital norte-americano, da imigração e da mão de obra qualificada (1978, p. 24). Neste processo do trabalho missionário no Brasil, RAMALHO diz que o período de maior difusão do protestantismo histórico foi o de 1930; pois somente no século XX é que realmente se notam os efeitos da obra missionária (1976, p. 59).

O regime republicano foi o movimento de grande abertura para a atuação dos protestantes. Nesta época a população já participava de forma mais ativa das questões políticas do país. Com o processo de industrialização surgem novas ideias, novos planos para a sociedade brasileira na qual a presença de estrangeiros era garantida e conseqüentemente de protestantes ingleses, americanos e alemães. Esses portadores de valores, ideais e cultura própria, influenciaram a sociedade brasileira com o intuito de fazer parte do desenvolvimento do país.

Paralelamente a implantação do protestantismo, outros movimentos estavam proliferando no cenário da nação como, por exemplo, o liberalismo, o positivismo, que já existia desde 1811, a maçonaria, desde 1801, e o movimento republicano. Esses movimentos de certa forma contribuíram para o fortalecimento do protestantismo na sociedade dos grandes centros urbanos. Existia uma pluralidade de ideias geradas pelas questões sociais, econômicas e políticas nas principais cidades. O interesse de Dom Pedro II pela vinda de protestantes para o Brasil foi uma questão

política e social, pois ele “desejava servir-se da igreja no campo social, proporcionando grandes facilidades aos primeiros missionários protestantes que são apreciados pelos seus conhecimentos e pelos serviços práticos que podem realizar.” Por outro lado, era dos países protestantes que ele esperava a imigração indispensável ao seu plano de governo; por isso era necessário assegurar a esses colonos a possibilidade de exercer seu culto e de educar seus filhos. (RAMALHO, 1976, p. 56).

Vários autores ao abordarem sobre o protestantismo no Brasil mostram as principais contribuições que possibilitaram a sua implantação no país. Dentre elas destacam-se:

- Assinatura do tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra em 1810.
- Movimentos de libertação nacional que culminaram com a independência política em 1822.
- Expansão de ideias liberais.
- Liderança do sistema capitalista mundial assumida pela Inglaterra e fortalecimento dos Estados Unidos com interesses econômicos no Brasil.
- Correntes migratórias originárias desses países e também da Alemanha,
 - O enfraquecimento do clero.
 - A ausência dos preconceitos por parte de partidos políticos.

Essas contribuições não só possibilitaram, mas também favoreceram a difusão do protestantismo no Brasil. Isto pode ser confirmado com o desenvolvimento de várias denominações, como foi o caso da Igreja Presbiteriana, que “no processo de nacionalização do protestantismo contava, em 1888, com 12 pastores nacionais e 20 missionários, no fim de 1900, o número de pastores nacionais já se havia elevado para 48” (LEONARD, 1981, p. 93). Entretanto, em meio à fase de implantação e adaptação, surgem dificuldades diversas como, por exemplo, o

problema da língua, o da aculturação, o do preconceito e outros. Estas dificuldades foram causadas pelas exigências das leis do Império, da proibição de construir igrejas, da realização dos casamentos, os quais só eram considerados válidos se realizados por sacerdotes católicos e da pregação das doutrinas evangélicas em lugares públicos. (RAMALHO, 1976, p. 57).

Com a liberdade para a entrada de imigrantes no país, as sociedades bíblicas enviavam missionários para vender e distribuir Bíblias no Brasil. Segundo MENDONÇA, “A distribuição de Bíblias foi o ponto estratégico para a penetração dos protestantes no Brasil” (1984, p. 22). “Entre os períodos de 1859 e 1874, 20.000 exemplares da Bíblia foram distribuídos” (CAMARGO, 1973, p. 11). A distribuição de Bíblias foi uma das estratégias utilizadas pelos protestantes para divulgar suas ideias religiosas nas diversas regiões do país. A continuidade do trabalho dos colportores resultou, em 1948, no nascimento da Sociedade Bíblica do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, de natureza filantrópica, com objetivo de difusão das Escrituras como meio de elevação da moral, da vida social e do espírito do povo brasileiro (REILY, 1993, p.79,80).

O protestantismo com suas ramificações, de forma mais organizada em nível de Igrejas, comunidades, tinha como ideal a evangelização e a educação. Para entender com facilidade a mensagem lida ou pregada, era necessário que as pessoas soubessem pelo menos ler. Percebendo a dificuldade da população em relação à alfabetização, pois o país tinha um número grande de analfabetos, investiram na educação em paralelo com a evangelização. No estudo sociológico que Jether P. Ramalho fez sobre o protestantismo e a educação, consegue-se perceber o quanto a instrução é importante para o protestante, pois para ele: “o programa educativo é uma das primeiras e mais importantes expressões da obra missionária.” A natureza e a profundidade das mudanças que se quer introduzir na sociedade não condizem com o analfabetismo dos conversos, nem com a pouca instrução

reinante. “É necessário que o protestante seja capaz de, pelo menos, ler a Bíblia e certa literatura religiosa, e a comunidade global deve valorizar e expandir a educação considerada a nota principal de ascensão social”. (1976, p.69).

A preocupação com a educação era uma questão que estava presente nas principais denominações, pois encontra-se nos documentos históricos das igrejas o interesse pela abertura de escolas já no início da organização de uma igreja. Vários autores mencionam a educação como ponto estratégico para a difusão do protestantismo. MENDONÇA disse: “A instrução da educação protestante na sociedade brasileira deu-se no mesmo tempo que a pregação dos primeiros missionários, isto é, com a organização das primeiras igrejas já se implantaram também as escolas paroquiais” (1984, p, 96).

A exemplo dos metodistas, o interesse dos protestantes pela educação, desde o início, é uma característica que marcou época. Em suas escolas paroquiais procuravam oferecer ensino primário e doutrinário para toda a comunidade, funcionando igualmente como centros de difusão do evangelho, e, portanto, de recrutamento de membros para a denominação (MESQUIDA, 1994, p.140). Os metodistas, para alcançarem seus objetivos utilizaram uma prática educacional inovadora em relação àquela das escolas católicas e públicas, a ênfase dada a um corpo docente competente, ao aprendizado da língua inglesa e atividades extraescolares (MESQUIDA, 1994, p. 155).

O que se pode observar é que o protestantismo chegou ao Brasil com uma visão diferente no que se refere à vida social, espiritual e cultural. Ao perceberem as dificuldades do país na questão educacional, providenciaram escolas para garantir a boa instrução de seus filhos e para preservarem a fé, bem como oferecer oportunidade de evangelização à população. O campo para a instalação de escolas protestantes era propício, pois desde o final do século XIX e início do XX, os acontecimentos sociais,

econômicos e políticos favoreceram a atuação dos protestantes na sociedade brasileira.

Este contexto pode ser analisado também nos estudos de Fernando Azevedo, no qual ele mostra a abertura de várias escolas de origem protestante propondo um ensino inovador em que a dualidade religiosa estava fazendo diferenças. Ele diz:

que nada de novo surgiu no Brasil nos fins do Império a não ser a instalação das primeiras escolas protestantes. Como a Escola Americana, em 1870, em São Paulo, destinada ao ensino elementar e, em 1889, acrescentada pela escola secundária, ambas do Mackenzi College, o Colégio Piracicabano (1881) e o Colégio Americano (1885) em Porto Alegre, ambos Metodista. Delineavam-se entre nós, de forma clara, duas crenças religiosas, cristãs, o catolicismo Romano, desde o início da colonização brasileira, como religião oficial e ligada ao Estado. Por outro lado, o protestantismo, há pouco instalado e sofrendo restrições, constituíam-se duas crenças duas culturas, sendo uma europeia e outra norte- americana; a pedagogia protestante e libertadora, que tende antes a emancipação do espírito do que a uma domesticação intelectual, e o ponto de vista católico, mais conservador e autoritário, especialmente do jesuíta (AZEVEDO,1996, p.593).

As principais denominações históricas sempre estiveram envolvidas com o ensino secular e espiritual. Isso pode ser percebido desde o início da colonização, quando o primeiro missionário metodista J. Ranson, em 1876, batalhou para a organização do Colégio de Piracicaba (REILY, 1993, p. 80). Da mesma forma os presbiterianos sob a liderança de Simonton e outros missionários, lutaram pela evangelização e pela educação, a fim de assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil. Shamberlau fundou a Escola Americana em São Paulo com objetivo mais social e democrático. Deste grupo destacam-se: o

Colégio Americano Taylor - Egídio, fundado em 1898 em Salvador, o Colégio Batista Brasileiro em São Paulo em 1902, Colégio Americano Batista em Recife (1902), Colégio Batista do Rio de Janeiro em 1929, do Dr. J.W. Shepard, e outros nas principais capitais do país.

O interesse dos protestantes pela educação tem, segundo RAMALHO, um contexto mais amplo “ultrapassa os limites de uma expressão evangélica, engloba-se em uma concepção de vida” (1976, p. 50). No programa das escolas, primavam tanto pela qualidade do ensino como pelo desenvolvimento da boa moral. Qualidades estas que chamavam a atenção da elite, que não hesitava em matricular seus filhos nestas escolas. Sabiam que eles teriam um bom preparo para serem os futuros líderes do país.

O primeiro missionário batista no Brasil W.B. Bagby, ao escrever para os Estados Unidos em 1882, depois de apresentar sugestões para um programa de educação, diz que os colégios servirão para a continuidade das igrejas, conquistarão a boa vontade dos adversários; por isso era preciso mandar mais missionários capacitados para atuar também na área educacional (CRABTREE, 1962, p. 69 e 70).

Desde que o protestantismo se instalou no Brasil, várias estratégias foram usadas para a sua difusão. Uma delas, em nível social, foi a educação, a outra foi a evangelização, para a qual usavam literaturas e pregações bem preparadas, pois os missionários eram pessoas bem instruídas e muitos deles estudaram em uma faculdade nos Estados Unidos da América ou na Alemanha. William Buck Bagby, missionário batista, formou-se na Universidade de Waco. Em 1881 chegou ao Brasil para trabalhar entre os batistas norte-americanos de Santa Bárbara. Como ele, muitos outros vieram para ajudar na evangelização do Brasil. (PEREIRA, 1982, p. 17,18).

Um outro instrumento de muito valor usado pelos protestantes para manter a unificação do pensamento é a preservação da fé, foi a Escola Bíblica Dominical. A primeira

Escola Bíblica do Brasil surgiu em 1855 em Petrópolis, pelo casal de missionários Robert e Sara Kalley. Eles recolhiam os meninos de rua em sua casa e lhes davam aulas de português, usando como livro-texto a Bíblia. Com a aceitação e desenvolvimento da Escola Bíblica por muitas denominações, foi criada a Confederação Evangélica do Brasil, a qual passou a imprimir material didático utilizado pela maioria das igrejas evangélicas nos estudos bíblicos dominicais.

A atuação dos protestantes na sociedade brasileira começou a se destacar com o desenvolvimento das escolas, com a divulgação de literaturas e com a pregação do evangelho de salvação. Esses ministérios eram realizados em meio a uma sociedade em desenvolvimento, com ideias revolucionárias, e a um grande surto industrial, em que muitas vezes a discriminação e a perseguição acabavam atingindo-os. De um modo geral, deixaram grandes contribuições para a sociedade brasileira, das quais serão destacadas as mais significativas, segundo os estudos feitos por Jether Pereira Ramalho: a) Democratização da estrutura religiosa; b) Ascensão do leigo; c) Secularização da sociedade; d) Pedagogia moderna; e) Outra opção religiosa; f) Valor do uso da música; g) Alianças pela laicidade do estado; h) Secularização dos cemitérios; i) Liberdade de expressão e de culto.

Após a investigação histórica do processo de implantação e desenvolvimento do protestantismo no Brasil, pode-se resumir esta caminhada; com a seguinte citação de MENDONÇA.

“A luta dos protestantes por um espaço religioso na sociedade brasileira desenvolveu-se em três níveis: o polêmico, o educacional e o proselitista. O educacional se desenvolveu em dois outros níveis: o ideológico, cujo objetivo era introduzir elementos transformadores na

cultura brasileira a partir dos escalões mais elevados, e o instrumental, cujo objetivo era auxiliar o protestantismo e a manutenção do culto protestante na camada inferior da população. O primeiro foi representado pelos grandes colégios americanos e o segundo pelas escolas paroquiais. O proselitista, isto é, o esforço desenvolvido pelos protestantes para converter os católicos, constituiu-se no confronto direto com o catolicismo uma vez que se tratava de tentativa de substituição de princípios de fé e procedimentos religiosos profundamente arraigados em três séculos livres de concorrência” (1984, p. 80).

Em cada região do país o protestantismo se desenvolveu seguindo as mesmas estratégias, sendo caracterizado pela origem estrangeira, luta por direitos e união de evangelismo e educação. Os protestantes de origem norte-americana, em grande parte, se estabeleceram, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste. Os de origem europeia se fixaram, sobretudo, na região Sul do país, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Ainda que muitos detalhes tenham sido perdidos no decorrer da história, a influência destes pioneiros ainda pode ser percebida com facilidade nos dias atuais. ■

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura in a cultura brasileira. Brasília: Rio de Janeiro: Editora UNB/ UFRJ, 1996.

BOAVENTURA, Elias. A educação metodista no Brasil, origem, evolução e ideologia. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1978. Dissertação de Mestrado — U.M. Piracicaba.

BUENO, Francisco da Silva. Dicionário. II°. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1981.

CAMARGO, Cândido Procópio. Católicos, protestantes e espíritas. Petrópolis: Vozes. 1974.

CRABTREE, A R. História dos batistas no Brasil até o ano de 1906. V.I Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937.

LEONARD, Émile Guilherme. O protestantismo brasileiro: um estudo de eclesiologia e de história social. 2°. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

MESQUIDA, Peri. Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso. Juiz de Fora, EDUFJF, São Bernardo do Campo: Editero, 1994.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. O celeste porvir. A inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

PEREIRA, J. Reis. História dos batistas no Brasil (1882-1982). Rio de Janeiro, JUERP, 1982.

RAMALHO, Jether Pereira. Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976.

REILY, Ducan, Alexander. História documental do protestantismo no Brasil. São Paulo: Aste, 1993.

WELCH, C. y DILLENBERGER, J. El Cristianismn protestante. Buenos Aires': Editorial La Aurora, Casa Unida de Publicaciones, 1954.

